

NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 06/Jul



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2598/2021



SERGIPE

FALA VIGILANTE

SINDIVIGILANTE SERGIPE
FALA VIGILANTE!



Demanda antiga dos vigilantes associados, o Sindivigilante Sergipe cria o canal de comunicação exclusivo no Whatsapp, para receber denúncias, dúvidas, esclarecimentos e

quaisquer tema de interesse do associado.

O FALA VIGILANTE funcionará em horário comercial de segunda a sexta-feira, para trazer maior segurança e agilidade nas demandas da Categoria.

O número de contato será o (79)99917-9456.

Essa é mais uma ação da gestão transparência e renovação que vem mudando a vida dos vigilantes de Sergipe.

Envie uma mensagem para SINDIVIGILANTE SERGIPE no WhatsApp. <https://wa.me/message/ICZYKWZZAB3CE1>

Unidos Somos Fortes!

#GestãoTransparênciaRenovação

ASCOM/SINDIVIGILANTE SERGIPE

SINDICATO DOS VIGILANTES DE SERGIPE LANÇA PLANO ODONTOLÓGICO PARA SEUS ASSOCIADOS GRATUITAMENTE

Sindicato dos Vigilantes de Sergipe - SINDIVIGILANTE/SE, anunciou, a concretização de implantação do PLANO ODONTOLÓGICO para seus associados gratuitamente, momento ímpar na história da categoria dos Vigilantes em Sergipe.

A Empresa CLIN PLANO ODONTO DIGITAL lançou a plataforma digital para acesso dos vigilantes associados ao Sindivigilante Sergipe, com atendimento Odontológico, clínico e psicólogo, uma inovação que proporciona aos vigilantes associados ao Sindicato da categoria saúde bucal, acompanhamento psicólogo e clínico.

Todos os Associados devem baixar o aplicativo conforme cartilha publicada e usufruir deste novo conceito em gestão sindical, prestando pela saúde do trabalhador.

“Uma conquista histórica, dentro do nosso planejamento, tínhamos este objetivo de proporcionar acompanhamento clínico e Odontológico aos nossos associados, hoje é com muitas felicidades que concluímos a realização deste importante projeto, nossa missão é cuidar dos nossos associados, estou feliz, a categoria tá feliz”, declarou aparentemente emocionado o Presidente do SINDIVIGILANTE SERGIPE, senhor Reginaldo Gonçalves.

Todos os associados devem seguir a cartilha ilustrativa em anexo para baixar o aplicativo e utilizar o plano, havendo qualquer dúvida ou necessidade de auxílio, deverá contactar a Central de Atendimento da operadora ou contactar o SINDICATO através do (79)3022-7763.

Unidos Somos Fortes!

ASCOM/SINDIVIGILANTE SERGIPE

Sindsegur notifica Flash sobre divergência no pagamento de adicionais



Na manhã desta segunda-feira, 5 de julho, a coordenadora geral do Sindsegur, Dalcilene Cabral e os diretores Marcio Lucena (Jurídico) e Allan Cardeck (Financeiro) estiveram na sede da Flash Vigilância para notificar a empresa sobre divergências no pagamento de adicionais dos trabalhadores.

São direitos fundamentais como adicionais noturno, hora noturna reduzida, intrajornada, DSR (Descanso Semanal Remunerado) e horas extras que não estão sendo pagos pela

empresa de acordo com a convenção coletiva de trabalho.

Além disso, os representantes da nossa entidade reivindicaram da empresa a participação do sindicato nas homologações dos vigilantes dos postos de serviço do INSS de Mossoró e demais cidades da região.

Diante da solicitação do sindicato, a empresa se comprometeu em encaminhar um cronograma das rescisões para o Sindsegur com objetivo de que a nossa entidade fiscalize as homologações dos trabalhadores.

A participação nas homologações é papel fundamental do sindicato para proteger o trabalhador de erros acidentais ou de má fé na documentação da rescisão trabalhista, dentre outras coisas. É o sindicato quem vai assegurar ao trabalhador que seus direitos estão sendo cumpridos e todos os valores pagos e descontados estão corretos.

O SINDSEGUR vai continuar denunciando e cobrando dos patrões o cumprimento de forma integral da convenção coletiva de trabalho. A diretoria da nossa entidade está sempre alerta para combater os abusos praticados pelas empresas de vigilância e garantir os direitos e as conquistas dos vigilantes patrimoniais do Rio Grande do Norte.

FONTE: SINDSEGUR

PAGAMENTO PROCESSO – VIGILANTES PROSEGUR/SERGUPRO: SINDICATO CHAMA 204 VIGILANTES EX OU ATUAL PROSEGUR: É CRÉDITO!



Duzentos e quatro colegas ex ou atual Prosegur/Segurpro listados ao final podem comparecer ou entrar em contato com o Sindvigilantes/BA para retirarem os cheques a que tem direito, resultante de processos de iniciativa do Sindicato contra a empresa ganhos na justiça.

Estes processos envolveram quase 1.000 vigilantes. A maioria já recebeu, mas 204 colegas ainda não atenderam ao chamado. São valores diversos (de 70 reais a 2.200 reais).

Nas ações o Sindicato buscou diversos direitos dos Vigilantes e a empresa foi condenada por:

- Multa rescisória/art. 477 – atrasar o pagamento ou homologação da rescisão;
- Farda – deixar de realizar a troca do uniforme a cada 6 meses;
- Exame médico – deixar de realizar exame

médico periódico a cada ano, conforme manda a lei e a CCT. A empresa realizada a cada 2 anos;

Este chamado é mais um esforço para localizar todos e fazê-los usufruir do seu direito, da sua conquista. Se você conhece algum dos nomes listados, por favor, avise-o.

O colega listado a seguir deve entrar em contato com o Sindicato tendo em mãos original e copia dos seguintes documentos: RG, CPF, nº PIS, prova de residência e CTPS (página da foto/verso e página do contrato Prosegur).

Isto é luta, é combate a empresa que teimam em descumprir a lei, a CCT e desrespeita do trabalhador.

É conquista de uma direção sindical de luta, sem pelego, sem patrão.

Confira o seu nome nas listas disponíveis nas redes sociais da entidade.

Fonte: SINDVIGILANTES BA

Vigilante de carro-forte que levou 8 tiros em assalto deve ser indenizado

A responsabilidade objetiva do empregador é reconhecida quando demonstrado que a atividade implica risco à integridade física e psíquica do trabalhador. Com esse entendimento, a 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve o pagamento de indenização de R\$ 800 mil a um vigilante de carro-forte que levou oito tiros em um assalto.



O assalto ocorreu durante o abastecimento de um caixa eletrônico do Bradesco em um supermercado de São Bernardo do Campo (SP). O homem foi atingido nas costas, nos braços, no peito, na mão e nas nádegas. Ele passou 13 dias em coma e um mês hospitalizado. As sequelas geraram incapacidade de aproximadamente 60% para atividades exercidas anteriormente, além de prejuízo funcional para outras tarefas.

Nas instâncias ordinárias, a empresa de transporte de valores foi condenada a pagar R\$ 500 mil por danos materiais, R\$ 200 mil por

danos morais e R\$ 100 mil por danos estéticos. Em recurso de revista, ela pediu a revisão dos valores, considerados exorbitantes, e alegou que o acidente seria um caso fortuito, sem relação com qualquer ato do empregador.

“Na hipótese, o empregado exercia a função de vigilante de carro

forte em empresa de segurança, em incontestável situação de risco acentuado, inerente à atividade profissional de segurança patrimonial”, apontou o desembargador convocado João Pedro Silvestrin, relator do caso.

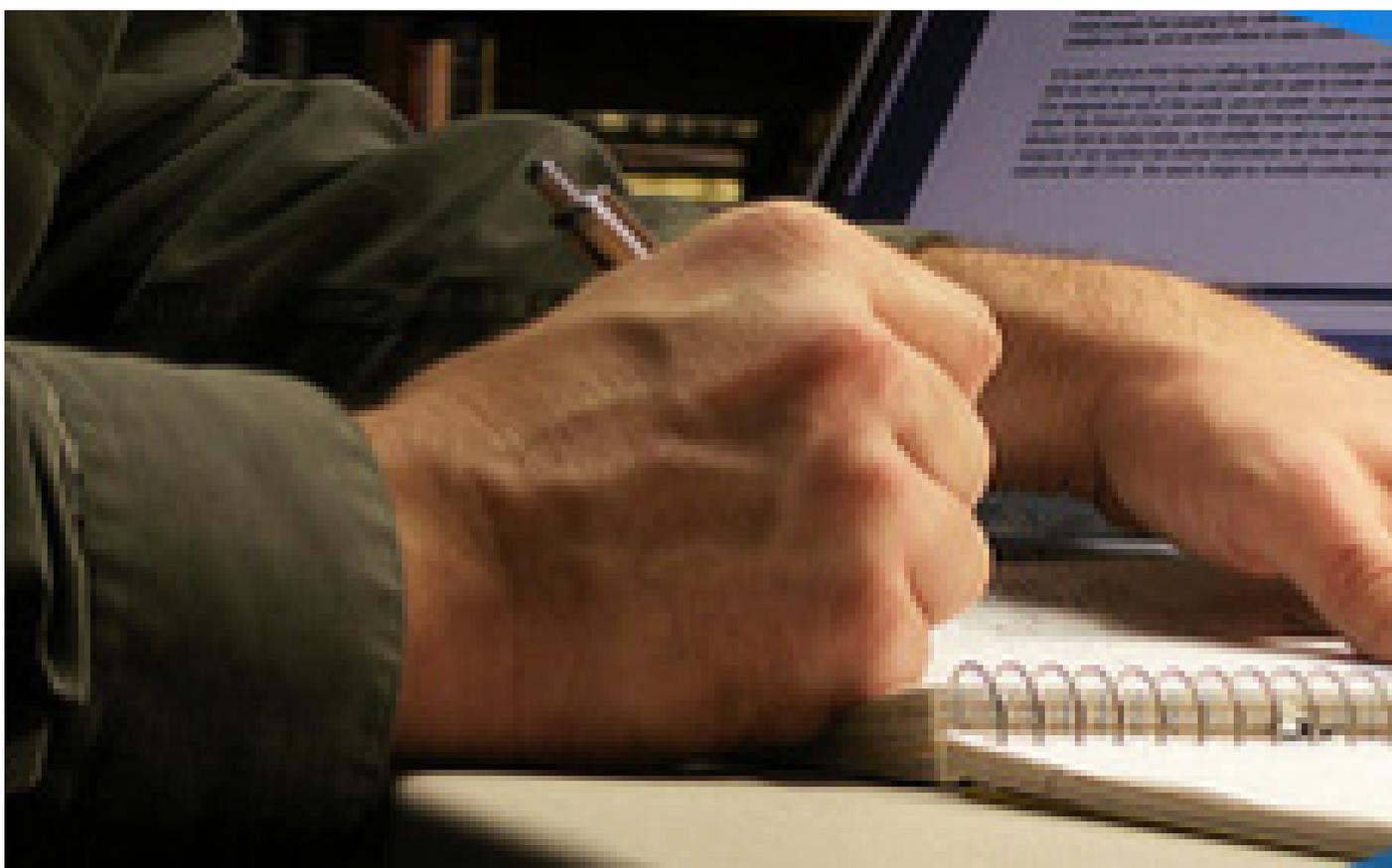
Sobre a acumulação das reparações por danos morais e estéticos, o magistrado ressaltou que ela é possível, “uma vez que tais reparações decorrem de violações a bens jurídicos distintos”. Seu voto foi acompanhado por unanimidade. Com informações da assessoria de imprensa do TST.

Acórdão 2334-63.2015.5.02.0078

FONTE: CONJUR

“Assédio moral no ambiente de trabalho” é o tema do mês da Biblioteca do TST

A seleção de artigos inclui temas como violência, saúde e trabalho, assédio moral organizacional e teleassédio.



Detalhe de homem fazendo anotações em caderno com notebook ao fundo

O Tema do Mês de junho e julho da Biblioteca Délio Maranhão do Tribunal Superior do Trabalho é “Assédio moral no ambiente de trabalho”. A Biblioteca oferece mensalmente informação atualizada sobre temas de destaque no debate jurídico contemporâneo. Trata-se de uma pequena bibliografia selecionada a partir de assunto previamente escolhido pela Comissão de Documentação do TST.

As obras selecionadas este mês abordam temas como o assédio moral como fator de

adoecimento, aspectos da prática no setor de saúde, assédio moral organizacional e gestão degradante, assédio moral eletrônico e teleassédio e constelação sistêmica organizacional.

Os artigos disponíveis este mês e o formulário para solicitá-los estão disponíveis no site. Em caso de dúvidas, envie um e-mail para a Biblioteca do TST.

Fonte: (Secom) – TST

Investigação aponta que suicídio de trabalhador na Rlam foi por condição de trabalho

A inspeção e investigação feitas pelos dois órgãos foram realizadas em atendimento à denúncia formulada pelo Sindipetro Bahia

SINDIPETRO BAHIA



O Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador (Cesat) e a Auditoria Fiscal do Trabalho divulgaram o resultado do processo de investigação da causa da morte, por suicídio, de um trabalhador da Refinaria Landulpho Alves, na Bahia, ocorrido no dia 22/09/2020, nas dependências da Unidade de Desoleificação a Propano, na refinaria (atual U-13). A inspeção e investigação feitas pelos dois órgãos foram realizadas em atendimento à denúncia formulada pelo Sindipetro Bahia.

Os técnicos e os auditores fiscais do trabalho analisaram as áreas das diversas unidades da refinaria, as atas da Cipa, os documentos que foram solicitados à Petrobrás e ainda coletaram informações com os colegas de trabalho do empregado, que exercia a função de Coordenador Técnico Operacional (CTO), tinha 40 anos de idade, era casado e deixou dois filhos, com oito e dois anos de idade. Eles também conversaram com a esposa e com os chefes do falecido, que trabalhava na estatal há

12 anos. Os dois órgãos ainda se pautaram na análise da literatura correlata e da legislação vigente.

Foi detectado que “um cenário mais amplo de tensões sociais se desencadeava entre os trabalhadores, desde o anúncio da venda da empresa. Esta decisão da Petrobras, segundo aponta a 7a Ata da reunião da Cipa, instalou um clima de insegurança e de mal estar coletivo, entre todos os trabalhadores de alguma forma vinculados a RLAM”.

Houve também “relatos detalhados dos problemas enfrentados na Unidade 13 nos dias que antecederam o óbito e que tinham como contexto uma situação de elevada sobrecarga de trabalho imposta ao CTO, devido à redução do quantitativo gerencial em sua unidade industrial”.

Os relatórios expõem ainda a pressão sofrida pelo trabalhador que acabava por ter uma “responsabilidade hierarquicamente maior que a dos supervisores”, “trabalhando, de forma frequente e habitual, em horários que extrapolavam a jornada de trabalho diária prevista na legislação vigente”. E ainda usava “constantemente um notebook e um celular, ambos corporativos, para comunicação e monitoramento remoto dos processos”.

Chama a atenção também a informação dada pela esposa do falecido que o celular de uso particular do seu marido foi “recolhido pela empresa, sob o argumento de que este seria encaminhado para a perícia técnica”, o que não ocorreu. O notebook de uso do trabalhador também não estava de posse da Polícia Técnica para ser periciado.

De acordo com relatos de colegas, o trabalhador, muito dedicado, já estava sendo citado para ser promovido. Porém, com a reformulação da empresa, outra gerente ocupou

o cargo. No entanto, a sua responsabilidade aumentou, sendo dado a ele mais atribuições. O Coordenador Técnico Operacional (CTO) passou a se responsabilizar por duas unidades.

Segundo os relatórios, após entrevistas, ficou claro que o trabalhador falecido “era um operador experiente, tendo se tornado Coordenador Operacional não apenas por deter o conhecimento técnico necessário, mas também por possuir o perfil de liderança, sendo hábil para coordenar a equipe”.

Os colegas que trabalhavam com o falecido, na OP LUB, afirmaram, durante as investigações que “a redução do efetivo mínimo nas áreas operacionais ao longo dos anos, implicou na intensificação do trabalho em várias unidades e no acúmulo de responsabilidades para as equipes que permaneceram”.

Saúde mental por um fio

Ficou claro durante as investigações que o trabalhador falecido não tinha histórico anterior de sofrimento mental. A família informou que o trabalhador vivia estressado e inquieto, “a conversa dele era Petrobras, venda, transferência”. Afirmando ainda que ele “vinha trazendo assuntos técnicos de problemas da Refinaria para momentos de confraternização familiar, bem como demonstrou preocupação com as possíveis mudanças na vida familiar, decorrentes da privatização da empresa”.

Ainda de acordo com os relatórios “a partir de informações fornecidas por trabalhadores do setor, soube-se que a ocorrência de casos de sofrimento mental tem sido comum na empresa. Após o referido suicídio, outro colega de trabalho da Unidade U13, subordinado ao falecido, foi afastado e internado em uma clínica para tratamento, devido a suspeita de transtornos mentais”.

Trabalho e sofrimento psíquico

Ao finalizar as investigações, a conclusão dos técnicos do Cesat e dos auditores fiscais do trabalho foi que “as mudanças no contexto laboral da RLAM /Petrobrastiveram contribuição decisiva para o sofrimento psíquico do trabalhador, seguido de ideação suicida com desfecho fatal”.

Os relatórios deixam claro que “o suicídio decorreu de uma doença mental desencadeada em função das condições em que o trabalho era realizado. A inexistência de ações que pudessem mitigar eventos relacionados ao sofrimento mental, no período, concorreu para o não afastamento do trabalhador da atividade laboral”, que permaneceu em atividade “ainda que com sinais evidentes de um quadro de transtorno mental em curso”.

Considerando o que aponta o documento, os técnicos e auditores afirmaram que “faz-se necessário a implantação de medidas de melhorias da organização do trabalho, das condições de saúde e segurança no trabalho e de adequação do quadro profissional do SESMT, com inclusão de profissional da área de saúde mental, a fim de evitar a ocorrência de novos casos de suicídio no trabalho nas dependências da RLAM”

A Auditoria Fiscal do Trabalho autuou a Rlam, lavrando seis autos de infração. Entre eles, por ter deixado de consignar em registro mecânico, manual ou sistema eletrônico, os horários de entrada e saída e período de repouso efetivamente praticados pelo empregado, por desconsiderar, no planejamento e implantação o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, os riscos à saúde dos trabalhadores e por providenciar a emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, sem o conteúdo mínimo previsto na NR-7.

Riscos psicossociais relacionados ao trabalho na RLAM

Os técnicos e auditores apontaram os prováveis riscos psicossociais associados ao trabalho na RLAM: longas jornadas, clima de incertezas pelo contexto de venda da empresa, aumento de responsabilidades com a gestão, pressão por produção, alta carga de responsabilidade na figura do CTO, redução de gratificação no período da pandemia, valorização do alcance de metas com baixa valorização do trabalho, pressões gerenciais por eficiência com menor custo, indefinição quanto ao destino dos trabalhadores, clima de ameaças com visitas de compradores e pouca clareza sobre contexto, monitoramento remoto da planta, continuamente e redução das equipes e sobrecarga dos remanescentes. Em relação ao teletrabalho é visto como risco psicossocial o baixo equilíbrio entre a vida pessoal e trabalho, excesso de trabalho, dificuldade de desconexão, isolamento. No caso específico do trabalhador falecido houve ainda “a falta de reconhecimento por todo o seu esforço e dedicação à empresa e desvalorização do cargo por ele ocupado”.

A partir dos relatórios do Cesat e da Auditoria Fiscal do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho (MPT) abriu procedimento investigatório para apurar o caso e a situação do meio ambiente de trabalho na refinaria, tendo, inclusive, já intimado o Sindipetro Bahia para contribuir no inquérito civil.

FONTE: CUT

Banco do Brasil é alvo de protestos em Brumado (BA)

Mesmo após seis casos confirmados e um suspeito, banco se recusa a realizar testagem dos demais funcionários da agência e mantém o expediente sem a devida sanitização



O Sindicato dos Bancários de Vitória da Conquista e Região realizou, na quinta-feira (1), uma manifestação na agência do Banco do Brasil em Brumado (BA) para reivindicar a testagem dos funcionários após a confirmação de seis casos de Covid-19 na agência, além de cobrar da Prefeitura Municipal a vacinação da categoria e esclarecer à população sobre a suspensão do atendimento.

Ao todo, sete funcionários estão afastados em razão da Covid-19, sendo seis adoecidos e um com suspeita. Segundo o sindicato, o atendimento ao público somente foi interrompido após a direção da entidade se reunir, no dia 28 de junho, com representantes da Superintendência Regional do banco. Contudo, a agência não passou pelo processo adequado de sanitização e os bancários e terceirizados seguem trabalhando internamente sem terem sido testados.

Durante o ato, a população foi informada que a Câmara Municipal de Brumado aprovou, Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

em abril, o requerimento de inclusão de bancários e lotéricos no grupo prioritário de vacinação. No entanto, a decisão, que poderia ter evitado a contaminação em massa na agência, não foi acatada pela prefeitura.

Segundo o sindicato, infelizmente, já ocorreram outros casos de contaminação na agência e, em janeiro de 2021,

o bancário Cleber Dantas Caires, de 52 anos, faleceu em decorrência da Covid-19.

“Nossa intervenção acontece depois do banco seguir negando a testagem dos demais trabalhadores, mesmo após essa cadeia de contaminação na agência do BB de Brumado. É inadmissível que, a essa altura do campeonato, com mais de 500 mil mortes por Covid-19 no Brasil, o banco continue se recusando a testar seus funcionários após eles terem contato direto com colegas contaminados, e tampouco realizar a correta sanitização do ambiente de trabalho e de circulação dos clientes”, afirmou o presidente do sindicato, Leonardo Viana. “É uma clara demonstração de que, para o Banco do Brasil, o lucro está acima da vida dos bancários e de seus clientes em qualquer situação”, completou.

Além da manifestação na agência, o sindicato denunciou o caso ao Poder Público, em reunião com a Vigilância Sanitária na cidade.

FONTE: CONTRAF

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF